

Como cresce metade do Brasil

Tentou-se industrializar a selva e povoar o deserto úmido com os flagelados do deserto seco. Agora, tenta-se criar pólos de desenvolvimento na Amazônia.

São 4,9 milhões de km² — cinco vezes e meia a Nigéria, nove vezes a França, vinte vezes a Alemanha Ocidental, uma vez e meia a Índia. Setenta bilhões de m³ de madeira em pé, a maior floresta do mundo, cobrem essa superfície. Ali estão 20% da água doce existente no planeta; o mais extenso dos rios, 7.200 km,

quase a distância do Rio de Janeiro a Lisboa; e 17 mil km de rios navegáveis. Nessa região, que faz fronteira com oito países, vivem menos de 8 milhões de brasileiros.

Nos velhos tempos da conquista, muitos chegaram à Amazônia, explorando o desconhecido. Em busca do Eldorado, uma mítica cidade de ouro,

Francisco Orellana viu nas florestas às mulheres guerreiras da lenda greca; em sua homenagem, batizou então o rio de Amazonas. Em busca de riquezas, o bandeirante Pedro Teixeira ahiquilou os índios tapajós — em homenagem aos vencidos, seu nome foi dado a um rio. Mais recentemente, o gaúcho Plácido de Castro lutou no Acre contra os bolivianos pela conquista de mais borracha.

Em geral, as expedições em busca de riquezas não foram bem sucedidas. A busca do Eldorado custava caro — em dinheiro e em vidas. Aos poucos, a Amazônia foi sendo esquecida. A borracha trouxe momentos de desenvolvimento: no início do século, Manaus transformou-se em cidade rica, graças às seringueiras silvestres (com o início do cultivo racional na Malásia, a riqueza acabou); na I Guerra Mundial, tentou-se o cultivo da seringueira e a economia amazônica renasceu (no fim da guerra, o surto acabou). A lenda guardou a imagem do Eldorado; a imagem concreta da Amazônia era outra, era a do Inferno Verde.

Em 1953, o presidente Getúlio Vargas criou um órgão estatal de coordenação

nação, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Os resultados foram quase nulos — o único indicio concreto de desenvolvimento ocorrido nessa época, o petróleo de Nova Olinda, não estava subordinado à SPVEA. Após a Revolução de 1964, a SPVEA foi extinta.

A 28 de setembro de 1966, o presidente Castello Branco assinou a Lei n.º 5.173, que criou a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Objetivo: planejar e coordenar a ação do Governo na Amazônia Legal, área de 4,9 milhões de km², que inclui o Pará, Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, Goiás (ao norte do Paralelo 13), Maranhão (a oeste do Meridiano 44) e Mato Grosso (ao norte do Paralelo 16).

A indústria no mato

No princípio (de 1966 até o começo do Governo Medici), a Sudam procurou seguir a linha da Sudene: industrializar a imensidão amazônica. As indústrias receberam incentivos e se instalaram. Alguns problemas surgiram já na implantação: a dificuldade de captar os incentivos no mercado mobiliário (a solução foi contratar corretores, que chegaram a cobrar 35% do total captado, a título de corretagem. A empresa se descapitalizava logo de início: para um capital de 100, conseguia efetivamente 65 e era obrigada a remunerar o total); a falta de infra-estrutura, especialmente energia (a solução também veio rapidamente: pequenas termoelétricas, movidas a Diesel).

Com energia cara, sem transporte, com carência de capital, a indústria amazonense não chegou a cumprir a missão que lhe fora destinada: desenvolver igualmente toda a Amazônia, uma superfície igual a um trigésimo da Terra. A missão, efetivamente, era difícil: a outra metade do território brasileiro até agora não está igualmente desenvolvida, após 476 anos de esforços. Além disso, a implantação de indústrias em áreas sem infra-estrutura, sem mão-de-obra na região, sem mercado próximo, continha em si os germes do fracasso.

Documento distribuído pela Sudam em fins do ano passado analisa a política de industrialização:

“Um balanço dos resultados da atuação do poder público junto ao setor industrial exemplificaria certas deficiências que persistem, a despeito de sua contribuição positiva para a expansão do parque fabril regional; a taxa de absorção da mão-de-obra na indústria se tem revelado inferior à do crescimento da população ativa

do próprio setor, mostrando que parte do contingente operário não encontra ocupação produtiva ao longo de um ano completo; o efeito germinativo da nova indústria implantada, salvo em alguns ramos, é habitualmente fraco; a elevada concentração interpessoal e espacial da renda gerada no setor inibe um crescimento a ritmo satisfatório da procura provável; quanto ao nível dos investimentos, o modelo mostrou-se incapaz de aumentá-lo no setor, conduzindo antes a uma tendência estagnante, que só mediante o apoio de fatores exógenos começa a ser ultrapassada (...); para a Amazônia em geral a transferência de recursos de fora tem sido benéfica; mas só em período relativamente recente

Acerlando a natureza

Os planos de Medici eram simples: como vasos comunicantes, pelas estradas abertas, os excedentes populacionais do Nordeste escorreriam para a Amazônia, onde um hábil plano fundiário garantiria terras a todos. As grandes rodovias, capitaneadas pela Transamazônica, começaram a ser abertas. Cem km de cada lado de cada rodovia foram desapropriados pela União e entregues ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

No papel, o plano é excelente: os primeiros 10 km ao lado das rodovias seriam entregues a colonos, pequenos proprietários que, com apoio do INCRA, desenvolveriam suas pro-



Depois da riqueza da borracha, meio século de estagnação na Amazônia

surgiu a decisão de imprimir maior racionalidade a seu aproveitamento”.

O Governo Medici chegou à conclusão de que era impossível industrializar toda a floresta — talvez, aliás, esse objetivo nem sequer fosse desejável. Medici tentou resolver dois problemas de uma só vez: o do Nordeste (transferindo o excesso de população sem terras para a Amazônia) e o da Amazônia (que multiplicaria rapidamente sua população e disporia, com o apoio do Governo, de condições para produzir e escoar sua produção. E lançou o Programa de Integração Nacional — PIN e o Plano de Desenvolvimento da Amazônia — PDA. Era o início do plano nacional de colonização.

priedades; os 90 km restantes seriam entregues a grandes empreendimentos agropecuários. Os pequenos proprietários aprenderiam com os grandes; os grandes teriam a reserva de mão-de-obra das pequenas propriedades. A terra foi demarcada em xadrez: cada proprietário recebeu o mesmo número de hectares; de tantos em tantos km havia uma agrovila; de tantas em tantas agrovilas havia uma rurópolis; de tantas em tantas rurópolis havia uma agrópolis, ou seja, uma metrópole rural que se destinava a apoiar os fazendeiros.

Os problemas surgiram rapidamente: em primeiro lugar, muitos dos pequenos proprietários não tinham idéia de métodos modernos de produ-

COMO LIDAR COM A SUDAM

Com experiência de 250 anos no cultivo de terras, as famílias Pacheco Borges e Junqueira Meirelles compraram uma área de 70 mil hectares em Diamantino, a 300 km de Cuiabá. Era o início da década de 60, quando o acesso à região só era possível por barco ou avião, pois não havia ali qualquer tipo de infra-estrutura. Mesmo assim, em quatro anos, montaram uma fazenda-piloto, a Tauá, embrião do futuro projeto agropecuário para cria e recria de gado. Então surgiu a Sudam: a Fazenda Tauá encomendou um projeto e solicitou incentivos.

Hoje, dez anos depois, o projeto agropecuário da Fazenda Tauá está sendo realizado — mas apenas 45% do programa foi cumprido. Das 20 mil cabeças planejadas, tem apenas 5 mil, utilizadas mais para engorda e revenda que para cria e recria. Por que isso aconteceu?

O diretor-superintendente da Tauá, Gilberto Junqueira Meirelles, culpa em boa parte o projeto, “falho, muito mais teórico que prático”. Por exemplo, o projeto não previa a construção de uma balsa para atravessar um rio de 120 metros de largura que corta a fazenda e a Sudam só dá verba ao que está projetado. “Além disso, não se prevê correção monetária para os investimentos. Dessa forma, por uma vaca que hoje custa 1.500 cruzei-

ros, recebemos da Sudam a mesma verba que em 1966, 120 cruzeiros.”

Não foram essas, porém, as maiores dificuldades: o problema principal, citado por Meirelles, é “a substituição em busca dos incentivos”. Ou seja: os pequenos empresários, apesar da aprovação oficial da Sudam, tinham de pagar comissões de 8% a 35% a intermediários na captação de incentivos, descapitalizando as empresas. Muitos apelaram para “soluções fantasmas”: requerer incentivos para determinada tarefa e realizar só uma parte, destinando o restante ao pagamento da corretagem, sob as vistas benevolentes da Sudam.

“Nós nunca pagamos mais de 8% de comissão”, diz Meirelles. “Em compensação, conseguimos incentivos apenas de clientes antigos, vendendo-lhes ações; e ainda assim só tivemos os recursos liberados depois de no mínimo seis meses, já devidamente depreciados pela inflação. Aos incentivos, juntamos capital próprio, mas nunca ultrapassamos 70% dos recursos necessários. Era a rotina do início da Sudam.”

Oscar Pacheco Borges, diretor-administrativo da Fazenda Tauá, diz que o projeto integral, aprovado em 1966, estava orçado em 7,4 bilhões de cruzeiros velhos, dos quais 1,8 bilhão de recursos próprios e 5,6 bilhões da Sudam. “Até hoje, a Sudam liberou, a muito custo, 3,3 milhões de cruzei-

ros novos. Nós já investimos 16 milhões de cruzeiros. Fizemos toda a infra-estrutura sem que a Sudam tenha tomado conhecimento do problema. Nem a parte do Ministério da Saúde foi cumprida: aqui existem vinte dos 26 tipos de transmissores da malária; já gastamos 600 mil cruzeiros com hospitalização dos trabalhadores e não fomos reembolsados. Também não fomos reembolsados pelos 45 km de estradas que abrimos na região.”

A situação tende a melhorar: segundo Borges e Meirelles, a Sudam está estudando a correção monetária dos incentivos. De qualquer forma, a melhoria não deverá atingi-los. “Estamos pagando o preço do pioneirismo”, diz Borges. “E já conseguimos até que, depois de tantos anos, o Ministério da Saúde instalasse um posto de vacinação. Cedemos o microscópio, mas já é um progresso.”

O importante, garantem, é aprender a lidar com a Sudam. Borges e Meirelles já se consideram bem sucedidos nessa lida: “Tanto assim, que o projeto industrial de Castanhal, instalado em 1968 a 60 km de Belém, é um sucesso tão grande que já distribuiu dividendos”. Entretanto, a Castanhal só recorre à Sudam via Banco da Amazônia e procura evitar isso: “Preferimos utilizar mais o Banco do Estado do Pará e o Banco do Brasil. São mais garantidos e menos desgastantes”.

ção e ficaram presos à agricultura de subsistência; muitos produziram mas não tiveram como escoar a safra, já que os caminhões atolavam durante as abundantes chuvas amazônicas; e muitos não podiam produzir, já que suas terras eram de baixa qualidade. Quem teve sorte e recebeu terra boa pôde progredir; quem recebeu terra ruim ficou bloqueado. Curiosamente, nem a distribuição de lotes nem a localização das agrovilas e rurópolis tinham levado em conta a qualidade das terras.

Outro problema é apontado no documento distribuído pela Sudam no final do ano passado: “Também no programa de abertura da frente de colonização se identificam falhas importantes. Com efeito, o objetivo de ocupação da Amazônia através da absorção de excedentes relativos da população do Nordeste, apesar dos es-

forços empreendidos, está em desacordo com o ‘desígnio de acelerar o crescimento regional e não vincular, como deveria, o nível de vida à expansão do emprego produtivo’.

Acontece que os mitos da Amazônia funcionaram novamente: ao lado da colonização dirigida pelo Governo, houve amplo fluxo migratório espontâneo, de gente que pensava viver melhor nas terras férteis da Transamazônica. Diz o documento da Sudam: “...lavradores sem nenhuma dotação de capital próprio, com baixo nível de conhecimentos gerais e por vezes viciados pela herança de um rudimentarismo técnico notório. Por outro lado, a região não tem a oferecer-lhes, na proporção que seria necessária, os solos férteis com que sonham. De maneira que a massa de colonos espontâneos empreende a única e perigosa atividade que sabe rea-

lizar: a destruição da mata e o esgotamento do solo pela prática de paupérrimas culturas de subsistência”.

Além disso, o colono espontâneo levou à região novas doenças, como a esquistossomose, e contraiu doenças que ainda não tinha, como a malária. A Sudam solicitou, portanto, que o plano de colonização fosse revisto, com o intuito de evitar que se convertesse “numa permanente fonte de ilusões”.

Qual o resultado do PIN e do PDA?

Das estradas, a Transamazônica está pronta até Humaitá, dando tráfego o ano inteiro; a Perimetral Norte continua sendo construída, em ritmo lento; a Cuiabá—Santarém está pronta e é boa; a Porto Velho—Manaus está pronta e pode ser usada somente na época seca; a Manaus—Caracarái continua em obras; e a Cuiabá—Porto Velho está pronta. ➔

**NOVA YORK
SEM ESCALAS
40% MAIS
BARATO:
US\$ 590**

vôo

**ALÔ
AMÉRICA**

**de Aerolíneas
Argentinas**

Visite Nova York economizando 40%.

Pelo vôo

Alô América você tem pontualidade, tripulação selecionada, manutenção rigorosa.

E o conforto do Serviço Classe AA.

Você recebe mais atenções quando voa na companhia de seus vizinhos.

Gente que conhece você.

Voe conosco.

Informe-se com seu Agente de Viagens IATA/Embratur.

**AEROLINEAS
ARGENTINAS**

Filiais e representantes em todo o Brasil.

***Tarifa para grupo de 40 pessoas.**



■ ECONOMIA

O plano das pequenas propriedades deu bons e maus resultados; ainda não há condições de fazer um balanço econômico (a última estatística regional é de 1969, segundo o superintendente do Instituto de Planejamento Econômico e Social — IPEA, Roberto Cavalcanti). Quanto ao plano das grandes propriedades, vastos recursos têm sido investidos, especialmente na criação de gado. O risco é a devastação: segundo informações do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), 11,5 milhões de hectares, um território do tamanho do Amapá, já foram desmatados — sempre com autorização oficial, sem contar o desmatamento não-autorizado. As grandes empresas têm autorização para desmatar metade de sua

área, mantendo a outra metade como reserva florestal; em dez anos, desmataram 3% do território amazônico.

Como impedir o desmatamento? De acordo com o atual sistema de controle, é impossível: uma das consequências do PIN e do PDA foi que o Governo Federal passou por cima da Sudam, que, de coordenadora da ação federal na Amazônia, passou a simples liberadora de recursos — nas palavras de um especialista, transformou-se em “departamento de análise de projetos do Banco da Amazônia”. Assim, a área às margens das rodovias é supervisionada pelo INCRA, está fora do alcance da Sudam. E é a Sudam, não o INCRA, que denuncia a devastação. De qualquer modo, não é bom negócio assolar a região. É por isso

E OS PROBLEMAS COMEÇAM

Como vencer a distância entre o Sul industrializado e a Amazônia? Esse foi o principal problema enfrentado pela Companhia Industrial da Amazônia — CIA, primeira empresa instalada na região com incentivos da Sudam.

Implantada em 1966, para processar minério de metais não-ferrosos, a CIA encontrou em Manaus uma localização esplêndida: porto fluvial (e o rio a ligava ao Peru, grande produtor de cobre, zinco, cassiterita e chumbo, metais de que o país necessita); zona de livre comércio; e centro de distribuição da cassiterita (minério de estanho) produzida em Rondônia, Roraima, Amazonas e Pará.

Inicialmente, o operário amazonense não servia para a CIA: era fisicamente fraco, muitas vezes nem sequer conseguia levantar a marreta para malhar o estanho; não tinha especialização. Então, para a primeira fase do projeto, a CIA levou operários do Sul para Manaus; simultaneamente, começou o treinamento do operário amazonense e passou a fornecer-lhe suplementação alimentar, assistência médica, sanitária e educacional. Hoje, a mão-de-obra é inteiramente recrutada no local.

“Preferimos abstrair as dificuldades e pensar no futuro”, diz Gastão Lodosque Neves, diretor da CIA. “Em 1977 montaremos uma fundição de cobre e alumínio em Manaus; já pagamos dividendos aos acionistas; estamos crescendo rapidamente.”

Boa parte desse êxito é explicável pela localização da empresa: o

Peru tinha dificuldades de escoar seu minério amazônico e mandá-lo para Manaus, por via fluvial, foi uma excelente saída. “A Sudam cumpriu sua parte, nós a nossa”, diz Lodosque. “Desse encontro surgiu uma grande empresa amazônica, responsável por metade do estanho e por 60% das ligas fornecidas ao mercado brasileiro.”

O projeto da CIA foi inteiramente realizado em dois anos e meio, com recursos de 43 milhões de cruzeiros (25% dos quais pertencentes ao grupo). A empresa tem 7 mil acionistas, uma companhia de mineração e mais de cem operários especializados. “Não podemos queixar-nos do que encontramos na Amazônia, porque as falhas de infra-estrutura já estavam previstas”, diz Lodosque. “Mesmo o problema da intermediação de incentivos não nos atingiu: nunca pagamos mais de 5% aos intermediários.”

Todos os problemas que ainda não enfrentou, porém, podem agora atingir a CIA: a limitação das importações pela Zona Franca ameaça deixá-la sem matéria-prima. Até o final do ano, a empresa deverá ter importado 32 milhões de dólares em minérios de que o país necessita — mas a limitação das importações poderá eventualmente atingi-la. “Qualquer contenção deveria ser dirigida ao comércio de superfluos”, conclui Lodosque. “Dizemos sempre que nunca tivemos problema com a Sudam ou a Suframa. Mas parece que o Governo acha que nunca é tarde para começar.”

que Clara Pandolfo, diretora do Departamento de Recursos Naturais da Sudam, diz que a devastação da Amazônia tende a diminuir, substituída por moderna estrutura de uso de solos.

O PIN e o PDA deixaram claro, de uma vez por todas, que é impossível desenvolver todo o território da Amazônia Legal ao mesmo tempo e de maneira uniforme. No Governo Geisel surgiu um novo esquema: o desenvolvimento desequilibrado e descontínuo — como o existente, aliás, no resto do Brasil. E os investimentos são concentrados em áreas escolhidas — é a vez do Polamazônia.

As ilhas de crescimento

Em 25 de setembro de 1974, o presidente Geisel assinou o Decreto n.º 74.607, que cria o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), com recursos de 4 bilhões de cruzeiros a serem aplicados até 1979. O II PND destina recursos de 44,3 bilhões de cruzeiros à região, no mesmo período; e o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia, programado pela Sudam, pretende contribuir para o aumento das exportações brasileiras e a complementação da economia do país, pelo fornecimento de insumos básicos e ampliação do mercado interno.



O objetivo inicial falhou: não é possível industrializar toda a selva

O Polamazônia selecionou quinze áreas de atuação (as “ilhas de desenvolvimento”, das quais posteriormente se irradiará o progresso para o restante da região): Xingu—Araguaia, Carajás, Araguaia—Tocantins, Trombetas, Altamira, Pré-Amazônia Maranhense, Rondônia, Acre, Juruá—Solimões, Roraima, Tapajós, Amapá, Juruena, Aripuanã e Marajó.

Três setores são específicos do Polamazônia: florestas, minério e agropecuária — a velha fórmula brasileira de colonização pelas patas do boi. A colonização, fórmula do Governo Medici, não foi extinta: simplesmente não tem recebido grandes estímulos.

Aparentemente, o Polamazônia é o mais sensato dos projetos de desen-

“Não é correto falar em atraso ou fracasso na política que o Governo Federal vem adotando na Amazônia, nos últimos dez anos, no sentido de tornar a área menos subdesenvolvida e mais integrada ao território nacional.” O superintendente do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), Roberto Cavalcanti, também não utiliza a palavra sucesso: “A estratégia do Governo no sentido de promover o desenvolvimento sócio-econômico da Amazônia ampara-se, no momento, na execução do Programa de Pólos Agropecuários e Minerais (Polamazônia). Devemos reconhecer que a Sudam tem sido, nos últimos dez anos, o principal suporte na execução dos projetos estabelecidos para a região, sobretudo os definidos a partir das metas contidas no II PND nos setores mineral e agropecuário”.

O superintendente do IPEA diz que, ao contrário do que ocorreu no Nordeste, a primeira preocupação governamental na execução do Polamazônia foi o aprimoramento da infra-estrutura regional,

A OPINIÃO OFICIAL

capaz de dar suporte técnico e financeiro aos diversos projetos. “Assim, o Polamazônia, em seu primeiro ano de execução, deu prioridade à seleção de áreas e à análise da potencialidade do solo e dos recursos naturais. Agora, no segundo ano, veremos o deslanche do Polamazônia, com a parte de estrutura já consolidada e a aplicação de 1,5 bilhão de cruzeiros de recursos governamentais.”

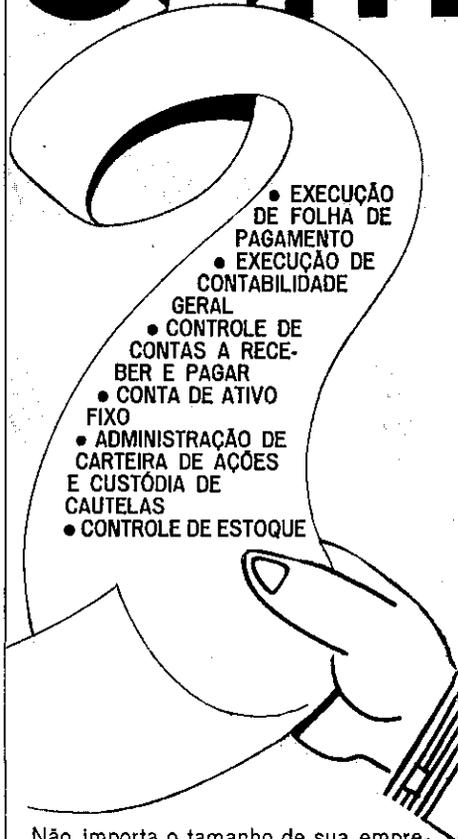
Segundo Roberto Cavalcanti, o objetivo do Governo é motivar o empresário a fazer investimentos de longo prazo de maturação nos diversos projetos integrantes do Polamazônia. Um bom setor: criação de gado bovino e exportação de carne. O Grupo Sadia, por exemplo, está instalando um grande frigorífico na região, com capacidade para abate diário de 1.200 cabeças.

“Este projeto”, diz Roberto Cavalcanti, “dará prioridade à exportação de carne para os países que fazem fronteira com a Amazônia Legal. A Sudam está examinando várias outras propostas de empre-

sários que pretendem produzir carne para exportação. Com a aprovação dessas propostas, o rebanho amazônico deverá brevemente atingir 5 milhões de cabeças.” (O rebanho nacional oscila, segundo as diversas estatísticas, entre 80 e 110 milhões de cabeças).

O superintendente do IPEA atribui ao Finam a aceleração do processo de desenvolvimento amazônico: “Depois da instituição do Finam, o processo de liberação de recursos, antes caracterizado por forte presença da burocracia oficial, foi bastante simplificado. E os projetos passaram a contar com disponibilidade maior de recursos. A grande modificação foi a eliminação da cláusula que praticamente obrigava a empresa interessada em investir na Amazônia a ter capacidade de captar recursos financeiros. Agora, a liberação do dinheiro é imediata. E, graças ao excepcional nível técnico da Sudam, o Polamazônia será executado sem atropelos, de acordo com o cronograma”.

quanto a sua empresa gasta com



- EXECUÇÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO
- EXECUÇÃO DE CONTABILIDADE GERAL
- CONTROLE DE CONTAS A RECEBER E PAGAR
- CONTA DE ATIVO FIXO
- ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRA DE AÇÕES E CUSTÓDIA DE CAUTELAS
- CONTROLE DE ESTOQUE

Não importa o tamanho de sua empresa, nós da Systems resolveremos seus problemas acima, reduzindo custos, com mais rapidez e mais precisão. Por exemplo: recebemos os dados de sua Folha de Pagamento numa segunda-feira, e entregamos o serviço completo na quinta-feira, executado no mais atual computador, por apenas Cr\$ 2.470,00 por mês.

Em qualquer caso, forneceremos todas as informações de gerência, para que você saiba exatamente como andam as coisas.

ADP SYSTEMS S.A.
Bureau de Serviços em Computadores.

- São Paulo: Rua Santa Isabel, 305
Tel.: 221-9044 (PABX)
- Campinas: Av. Barão de Itapura, 1133
Tels.: 8-7173 - 31-1058
- Sorocaba: Rua Padre Lulz, 39
Sobreloja - Conj. 3/4/5 - Tel.: 2-5677
- Santo André: Rua Cel. Alfredo Flaquer, 75
1.º andar - Tel.: 444-4946

■ ECONOMIA

volvimento da região: sem pretensões a resolver todo o problema de uma vez, destinado a áreas onde o retorno é razoavelmente rápido, com criação de infra-estrutura para atender à empresa privada, promete bons resultados. A potencialidade amazônica, nas áreas escolhidas, é imensa: para que se tenha uma idéia, só a área devastada durante os dez anos de Sudam teria rendido, se a madeira fosse exportada, 4,5 bilhões de dólares — ou 450 milhões de dólares por ano.

Minério: atualmente, o produto mineral da Amazônia não ultrapassa 40 milhões de dólares por ano — basicamente, criptomelana do Amapá, cassiterita de Rondônia, ouro do Médio Tapajós. Só o minério de ferro da serra dos Carajás e a bauxita do rio Trombetas farão com que o produto mineral amazônico suba a 500 milhões de dólares por ano já em 1980, de acordo com o geólogo Glycon de Paiva. E há mais: segundo Clara Pandolfo declarou na Comissão de Valorização da Amazônia, a produção mineral da Amazônia em 1980 será de 20 a 30 milhões de t de minério de ferro, 1,5 a 2 milhões de t de manganês, 3 a 5 milhões de t de bauxita, 8 a 12 milhões de t de cassiterita. Para concentrar esses minérios seria utilizada energia gerada na própria Amazônia: ainda segundo Glycon de Paiva, o potencial hidroelétrico é da ordem de 30 milhões de kw, três vezes a potência instalada hoje em todo o país. Estudos da Eletrobrás fazem referência a 62 milhões de kw. A Sudam diz que, incluindo-se o potencial dos rios Amazonas, Negro e Solimões, o total será de 125 milhões de kw.

Pecuária: até junho de 1975, 321 projetos agropecuários estavam sendo instalados na região, ocupando 7 milhões de hectares de terras e produzindo 15 mil empregos diretos. Segundo a Sudam, "a pecuária é o mais eficiente instrumento de penetração pioneira nas áreas virgens, o fator mais positivo para integração territorial da Amazônia às regiões brasileiras adjacentes e, por isso, pode ser considerada como atividade adequada para promover a ocupação dos grandes espaços continentais de baixa densidade demográfica". O superintendente da Sudam, Hugo de Almeida, afirmou no ano passado que os 321 projetos, quando concluídos, terão investido 3 bilhões de cruzeiros e criado um rebanho bovino de 5 milhões de cabeças.

Madeira: o objetivo da Sudam é implantar doze "florestas regionais de rendimento", que serão administradas por ela e exploradas pela empresa privada. A fórmula seria idêntica à

utilizada no Canadá e o empresário seria rigidamente controlado pela superintendência, "para evitar a devastação e para que a floresta continue sempre rendendo", como diz Hugo de Almeida. A dificuldade para atingir esse objetivo é que a Sudam, já marginalizada pela ação do Governo Federal, voltaria a seu papel de coordenadora e absorveria funções desempenhadas pelo IBDF e pelo INCRA.

Dará certo? É bastante provável que sim — em boa parte graças a acontecimentos que escapam ao controle da Sudam: até 1981, quatro grandes investimentos, cada um deles superior a 1 bilhão de dólares, deverão mudar a face da Amazônia. Três são empreendimentos estatais, com sócios estrangeiros ou isoladamente: a hidroelétrica de Tucuruí, as minas de ferro da serra dos Carajás, a Albrás — Alumínio do Brasil, que explorará a bauxita, minério de alumínio, do rio Trombetas. Um é estrangeiro: a Jari Florestal e Agropecuária, a maior fazenda do mundo, com 1,5 milhão de hectares, pertencente ao milionário americano Daniel Keith Ludwig. Carajás provocará ainda a construção de uma estrada de ferro até o Maranhão e a implantação de toda uma série de indústrias satélites — pela-tização, por exemplo.

Há também as possibilidades de petróleo na região: a Amazônia, grande área sedimentar, tem todas as condições para a descoberta de petróleo, especialmente na área próxima à fronteira da Venezuela.

E, obviamente, os 321 projetos agropecuários, os 170 projetos industriais e os 180 projetos de serviços básicos aprovados pela Sudam desde 1966, num investimento nominal de 10 bilhões de cruzeiros, estarão começando a mostrar seu efeito multiplicador — que dificilmente poderá ser medido, em vista da falta de estatísticas sobre a Amazônia; mas que será facilmente sentido. A manutenção do desenvolvimento do país quase com certeza redundará no crescimento da Amazônia.

Sucesso da Sudam? Em parte; em parte, sucesso dos empresários que tiveram a coragem de aventurar-se no Inferno Verde e buscar lucros no desenvolvimento da região; em parte, sucesso imprevisível, graças ao potencial até há pouco desconhecido da região. Em resumo, o processo de desenvolvimento da Amazônia tem muito em comum com o do desenvolvimento do Brasil — que os planejadores tomam como seu sucesso exclusivo, mas que se deve bem mais ao empresário, e à potencialidade da terra, que aos burocratas que nunca deixaram a cidade para invadir a selva.